

DRAFTII PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ Nº 02.429.144/0001-93

DRAFT II Participações S/A

Rua Iguatemi, 192
12º andar - cj. 121
São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Cumprindo os preceitos legais e as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, da Draft II Participações S.A. e empresas controladas, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

CONSTITUIÇÃO E ATIVIDADES

A Draft II Participações S.A. foi constituída em 20 de março de 1998 sob a forma de sociedade anônima e tem como objeto social, participar no capital de outras sociedades. A Sociedade possui participações diretas no capital social da Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL e CPFL Geração de Energia S.A.

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS, PRODUTOS E SERVIÇOS

Distribuição de Energia Elétrica

A Sociedade atua na distribuição de energia elétrica através de suas controladas Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") e Rio Grande Energia S.A. ("RGE"). A CPFL tem sua área de concessão abrangendo 234 municípios e aproximadamente 2,9 milhões de consumidores do Estado de São Paulo, o equivalente a 90.440 km². A distribuição da energia requerida corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado. A CPFL ainda detém participações nas empresas CPFL Piratininga (96,48%), através da sua controlada Draft II Participações S.A. e RGE (66,92%). A CPFL Piratininga, empresa resultante da versão de parcela de patrimônio cindido da Bandeirante Energia S.A., é uma concessionária de serviços públicos de energia do Estado de São Paulo que atende aproximadamente 1,1 milhões de consumidores em 27 municípios nas regiões da Baixada Santista e Oeste Paulista. A RGE é uma concessionária de serviços públicos de energia que atende a 254 municípios na região Norte-Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e mais de 993 mil consumidores. Juntamente com as participações em suas controladas, a CPFL distribuiu 29.439 GWh em 2001 e passou a atender a aproximadamente 5 milhões de consumidores em 515 municípios nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia atua na área de geração de energia através de suas controladas CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), SEMESA S.A. ("SEMESA") e Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"). A CPFL Geração foi constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000 a parcela cindida da CPFL. A CPFL Geração tem capacidade instalada de 143 MW, com 19 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's localizadas nas Regiões de Araraquara, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto e uma usina termelétrica no município de Americana,

Região de Campinas, tendo gerado 404 GWh durante o ano de 2001.

A CPFL Geração detém 99,9% do capital social da SEMESA, empresa que opera em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. a UHE Serra da Mesa, usina localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás, com capacidade instalada de 1.275 MW, que atende o mercado de energia elétrica do Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro Oeste, bem como sua ligação ao sistema Norte/Nordeste, tendo gerado com suas três unidades 6.387 GWh durante o ano de 2001.

Além disso, a CPFL Geração participa com 65% na controlada CERAN juntamente com a CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) do Rio Grande do Sul e a Desenviv S.A., de Santa Catarina. O Aproveitamento Hidrelétrico do Complexo Energético Rio das Antas será composto pelas usinas Monte Claro (130 MW), 14 de Julho (100 MW) e Castro Alves (130 MW), localizadas na região de Bento Gonçalves, interior do Rio Grande do Sul, cujo Contrato de Concessão foi assinado em março de 2001.

Atrás da Resolução ANEEL nº 096/2002, a CPFL Geração também passou a deter participações nos empreendimentos UHE Barra Grande localizada no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com potência instalada de 690 MW, UHE Campos Novos localizada no Rio Canoas no Estado de Santa Catarina com potência instalada de 880 MW e UHE Foz do Chapeço localizada no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com potência instalada de 855 MW. Após a entrada em operação dos novos empreendimentos em construção, a capacidade total instalada proporcional às participações da CPFL Geração nestes empreendimentos atingirá 2.322 MW (equivalentes a 10.218 GWh de energia assegurada), que correspondem a aproximadamente 3% da capacidade instalada brasileira.

CONJUNTURA ECONÔMICA GERAL

O exercício de 2001 foi marcado pelo raciocionamento de energia elétrica, a crise da Argentina, os atentados terroristas nos Estados Unidos e a desaceleração da economia norte-americana. Estes eventos produziram impactos negativos no cenário econômico brasileiro, principalmente em relação às taxas de crescimento, juros, inflação e à volatilidade do real frente ao dólar norte-americano, afetando significativamente os resultados das empresas de energia elétrica. Entretanto, as pressões sobre o câmbio atenuadas no final do ano, o término do raciocionamento e a economia norte-americana apresentando um desempenho acima das expectativas, sinalizam um cenário mais estável em 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Draft II Participações S.A., seus acionistas, colaboradores e empresas associadas congratulam-se pelo sucesso alcançado durante o exercício 2001. A Sociedade tem consciência do seu potencial de crescimento e de sua responsabilidade em gerar novos investimentos para atender à demanda de energia elétrica e propiciar o bem-estar social.

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Em Milhares de Reais)

ANEXO

	(NÃO AUDITADO)			
	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
1 - Geração do Valor Adicionado				
Recursos de Venda de Energia e Serviços	-	-	1.325.409	760.143
Resultado Não Operacional	14.223	1.293	14.307	1
	14.223	1.293	1.339.716	760.144
(-) Insumos				
Custo de Energia Comprada	-	-	(680.222)	(328.298)
Serviços de Terceiros	(3.653)	(1.685)	(42.202)	(22.700)
Materiais	-	-	(5.691)	(5.695)
Outros Custos Operacionais	(6.245)	(9.638)	(36.829)	(53.559)
	(9.899)	(11.323)	(760.944)	(330.252)
2 - Valor Adicionado Bruto	4.325	(10.030)	574.772	369.892
Quotas de Reintegração	-	-	(128.295)	(95.424)

	(NÃO AUDITADO)			
	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
3 - Valor Adicionado Líquido Gerado	4.325	(10.030)	446.477	274.468
Receitas Financeiras	12.763	16.939	113.766	53.898
Equivalência Patrimonial	7.887	20.593	-	-
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	(5.856)	-
	20.650	37.532	107.910	53.898
4 - Valor Adicionado a Distribuir	24.975	27.502	554.387	328.366
5 - Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	52.687	61.335
Despesas (Créditos) de Tributos e Contribuições	-	-	275.113	181.454
Despesas Financeiras	257.845	239.082	459.457	301.808
Prejuízo Líquido do Exercício	(232.870)	(211.580)	(232.870)	(216.231)
	24.975	27.502	554.387	328.366

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Controladora		Consolidado		
	2001	2000	2001	2000		2001	2000	2001	2000	
CIRCULANTE					CIRCULANTE					
Disponibilidades	22.252	48.475	39.880	121.959	Fornecedores	-	-	158.994	83.244	
Consumidores, Concessionários e Permissonários	-	-	254.402	131.360	Folha de Pagamento	-	-	342	313	
Devedores Diversos	3.211	15.228	-	-	Impostos e Contribuições Sociais	587	340	61.237	29.779	
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	12.077	9.459	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-	-	1.315	1.315	
Tributos e Contribuições Sociais	-	-	-	-	Debêntures	825.302	165.828	844.044	165.828	
Compensáveis	11.130	6.661	38.819	21.269	Encargos de Dívidas	-	-	11.086	5.320	
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	-	-	(7.186)	(3.458)	Empréstimos e Financiamentos	-	-	203.346	85.279	
Almoxarifado	-	-	2.632	1.836	Coligadas e Controladas	-	-	29.028	-	
Despesas Pagas Antecipadamente	5.146	5.146	26.200	19.440	Obrigações Estimadas	-	-	5.826	4.410	
Outros	58	-	12.965	14.547	Encargos do Consumidor	-	-	8.282	6.068	
	41.797	223.973	392.577	475.875	Provisão para Contingências	-	-	16.917	12.718	
					Outros	3	-	28.246	13.230	
						825.892	166.168	1.379.623	408.006	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Consumidores, Concessionários e Permissonários	-	-	161.929	-	Fornecedores	-	-	64.674	-	
Devedores Diversos	-	-	36.837	33.592	Debêntures	650.000	1.300.000	861.471	1.300.000	
Depósitos Vinculados a Litígios	-	-	14.197	11.773	Empréstimos e Financiamentos	-	-	486.579	301.642	
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	11.949	19.394	Coligadas e Controladas	-	-	13.768	-	
Despesas Pagas Antecipadamente	2.264	7.410	56.941	7.410	Provisão para Contingências	-	-	11.736	9.987	
Programa de Redução de Consumo de Energia Elétrica	-	-	-	10.289	Outros	650.000	1.300.000	1.452.468	1.611.883	
Créditos Fiscais	-	-	-	22.006	Obrigações Especiais	-	-	108.502	82.156	
Outros	-	-	-	14.545	10.620		650.000	1.300.000	1.561.170	1.694.039
	2.264	7.410	328.693	105.762	Participação de Acionistas não Controladores	-	-	65.132	-	
PERMANENTE					PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Investimentos	-	-	51.656	-	Capital Social	54	54	54	54	
Participações Societárias Permanentes	893.404	917.553	-	-	Prejuízos Acumulados	(550.156)	(317.286)	(550.156)	(317.286)	
Ágio ou Deságio	(11.675)	-	254.364	77.495	Recursos Destinados a Aumento de Capital	(550.102)	(317.232)	(550.102)	(317.232)	
Outros	-	-	8.326	7.520						
	881.729	917.553	314.346	85.015	TOTAL DO PASSIVO	925.790	1.148.936	2.457.355	1.786.264	
Imobilizado	-	-	726.330	539.630						
Diferido	-	-	695.409	579.982						
	881.729	917.553	1.421.739	1.119.612						
TOTAL DO ATIVO	925.790	1.148.936	2.457.355	1.786.264						

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E 2000

(Valores expressos em Milhares de Reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Draft II Participações S.A. ("DraftII" ou "Sociedade"), é uma holding tendo como objetivo participar no capital de outras sociedades. A DraftII possui participações diretas e indiretas nas seguintes empresas:

1.1 - Participações Diretas

Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL

A Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem por objeto principal a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, para o que possui concessão por prazo de 30 anos, que se encerra em 2027, podendo este prazo ser estendido por igual período adicional. A área de concessão da CPFL contempla 234 municípios do Estado de São Paulo, equivalente a 90.440 km², abrangendo uma economia bastante diversificada, baseada principalmente na indústria, serviços e agropecuária. A distribuição da energia requerida atualmente corresponde a aproximadamente 20% do mercado consumidor do Estado de São Paulo e a CPFL atende a cerca de 2,9 mil consumidores.

CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 19 de julho de 2000, tendo absorvido por incorporação, em 29 de setembro de 2000 a parcela cindida da CPFL, relacionada às suas atividades de geração de energia elétrica, de acordo com a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através da Resolução nº 366 de 13 de setembro de 2000. A CPFL Geração possui potência nominal de 143,46 MW, contando com 19 usinas hidrelétricas e 01 usina termelétrica, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo e atua como geradora e comercializadora de energia elétrica. A CPFL Geração detém concessão para serviços de geração de energia elétrica até o ano de 2027, podendo a mesma ser prorrogada por prazo adicional de 30 anos. A CPFL Geração controla atualmente a SEMESA S.A., sociedade que, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A., controlam a exploração comercial da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, anteriormente controlada pela VBC Energia S.A. (Vide Item 1.2).

1.2 - Participações Indiretas

SEMESA S.A.

A SEMESA S.A. ("SEMESA") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2001, com o objetivo de participar de outras empresas do setor elétrico. Em 21 de dezembro de 2001, a VBC Energia S.A. ("VBC"), (atual denominação da Serra da Mesa Energia S.A.) transferiu para a SEMESA, a totalidade dos bens, direitos e obrigações referentes a sua participação no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizada no Rio Tocantins, no estado de Goiás, cuja potência instalada é de 1.275 MW. A concessão do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertence à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"), que lhe foi outorgada pelo Decreto nº 85.983, de 8 de maio de 1981, pelo prazo de 30 anos. Conjuntamente, foi transferida a concessão, bem como os respectivos bens vinculados à Usina Hidrelétrica de Ponte do Silva, localizada no Rio São Luiz, no estado de Minas Gerais, que foi outorgada em 30 de outubro de 1989, pelo prazo de 30 anos. Em 26 de dezembro de 2001, a VBC alienou seus investimentos na SEMESA para sua controlada CPFL Geração (Vide Nota 4).

Companhia Piratininga de Força e Luz

Em 1º de outubro de 2001 foi aprovada a cisão parcial da Bandeirante Energia S.A. ("Bandeirante"), da qual a controlada CPFL detinha 42,44% do seu capital total. A parcela cindida da Bandeirante foi incorporada à Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"), da qual a controlada CPFL passou a deter, indiretamente, 96,48% do seu capital total. A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, atuando primordialmente na distribuição de energia a cerca de 1.100 mil consumidores nas regiões da Baixada Santista, Sorocaba, Jundiá, Iaduatuba, Salto e Itu. Seu prazo de concessão se encerra em 23 de outubro de 2028, podendo ser estendido por período adicional de 30 anos.

Rio Grande Energia S.A. – RGE

A Rio Grande de Energia S.A. ("RGE"), é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica a cerca de 994 mil consumidores, nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Possui prazo de concessão de trinta anos até o ano de 2027, podendo o mesmo ser renovado por igual período. Em 05 de julho de 2001, a controlada CPFL adquiriu o controle acionário da RGE (vide Nota 4).

CERAN – Companhia Energética Rio das Antas

A CERAN – Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 11 de janeiro de 2001, que tem por objeto a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, conforme Contrato de Concessão, assinado em 15 de março de 2001. O cronograma de operação das usinas estima o início das operações para o segundo semestre de 2004 na UHE de Monte Claro, primeiro semestre de 2005 na UHE de Castro Alves e primeiro semestre de 2006 na UHE 14 de Julho.

Nova I Participações S.A.

A Nova I Participações S.A. ("Nova I"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de outubro de 1999, com o controle acionário originalmente detido pela controlada CPFL que, em 07 de novembro de 2001 transferiu a totalidade das ações da Nova I para a controlada CPFL Geração pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. A Nova I não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2001.

2 – PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
Durante o ano de 2001, as Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país passaram por uma situação hidrológica crítica que comprometeu a capacidade de geração de energia elétrica nessas Regiões. Esse fato requereu a adoção de medidas emergenciais para redução do consumo de energia. Para tanto, foi criado pelo Governo Federal, o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, através da Medida Provisória nº 2.147, de 15 de maio de 2001, atualizada pela Medida Provisória nº 2.198, de 28 de junho de 2001, que impôs metas de redução de consumo para as classes residencial (consumo superior a 100 kWh) e comercial da ordem de 20%, industrial de 15% a 25%, rural de 10% e serviços públicos de 10% a 35%, tomando como base a média de consumo verificada no período de maio a julho de 2000.

Essa situação impactou significativamente as operações da CPFL, CPFL Piratininga e CPFL Geração, bem como as operações das empresas geradoras e distribuidoras de energia nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, posto que a grande parte da aquisição de energia pelas empresas distribuidoras está baseada em contratos de longo prazo com as empresas geradoras, que garantem o despacho da energia em volumes pré-determinados. Esses contratos previam a possibilidade de ocorrência de situação hidrológica crítica, o que resultaria na necessidade de os geradores compensarem as empresas distribuidoras por perdas incorridas em decorrência dessa situação. Tendo em vista as ramificações operacionais, financeiras e jurídicas decorrentes dos contratos, chegou-se a um impasse no setor elétrico brasileiro, que somente foi solucionado através de um acordo entre os geradores e distribuidores de energia no final de 2001. Esse acordo, aprovado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE e pela ANEEL, determinou a necessidade de recomposição tarifária extraordinária às distribuidoras, o que foi aprovado através da Medida Provisória nº 14 (sujeita à aprovação no Congresso Nacional), de 21 de dezembro de 2001, que prevê o cumprimento de certas condições pelas empresas signatárias do acordo e cujas principais determinações são como segue:

– Aumento extraordinário de 2,9% das tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda") e de 7,9% para todos os demais consumidores, vigorando pelo prazo necessário para que as distribuidoras de energia elétrica recuperem as perdas incorridas durante o período de redução do consumo de energia. Essas perdas foram determinadas com base na comparação das receitas de venda de energia efetivamente verificadas no período compreendido entre 1º de junho de 2001 e a data de término do programa de redução de energia, e as receitas projetadas pelas distribuidoras para esse período, ajustadas por certos fatores, desconsiderando-se a ocorrência do plano de raciocionamento. Os cálculos dessas perdas estão pendentes de revisão e homologação pela ANEEL, o que deverá ocorrer no decorrer do ano de 2002.

– Os compromissos de compra de energia junto às empresas geradoras devem ser honrados pelas distribuidoras na sua totalidade, sendo aplicado a eles um fator redutor de cerca de 2,34%. Tendo em vista os impactos decorrentes do raciocionamento na situação financeira das empresas distribuidoras de energia, o Governo Federal aprovou um programa de apoio emergencial e excepcional às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, por meio de recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Esse apoio está sendo viabilizado através da concessão de empréstimos, no valor de até 90% das perdas relacionadas ao programa de redução de energia, calculadas na forma anteriormente descrita. Sobre os empréstimos obtidos incidirão juros de 1% a.a., a título de spread, acima da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Esses empréstimos são garantidos pelos recebíveis decorrentes do aumento extraordinário acima descrito.

A parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE denominada "Energia Livre", realizadas até dezembro de 2001 decorrentes da redução da geração da energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, serão repassados aos consumidores pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional. Os valores relacionados à recomposição tarifária extraordinária montam a R\$ 149.311 no consolidado em 2001, tendo sido registrados na Conta Consumidores, Concessionários e Permissonários, parte no Ativo Circulante no valor de R\$ 54.504 e parte no Realizável a Longo Prazo no valor de R\$ 94.807, em contrapartida ao resultado do exercício, à conta de fornecimento de energia.

Os valores relacionados à comercialização de energia livre no âmbito do MAE a ser recuperados também pelos aumentos tarifários retro mencionados estão registrados na conta de "Consumidores, Concessionários e Permissonários" no ativo realizável a longo prazo, em contrapartida às receitas de fornecimento de energia no valor de R\$ 67.842. Os valores a pagar aos geradores de energia relativamente a esta energia estão registrados na conta de "Fornecedores", no exigível a longo prazo pelo valor de R\$ 64.674, em contrapartida à conta de despesa com "Energia Comprada para Revenda".

Os dados que serviram de base ao registro da energia livre foram divulgados pelo MAE em 13 de março de 2002 e foram registrados no longo prazo vez que dependem de definições da agência reguladora quanto a sua forma de cobrança e liquidação.

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares editadas pela CVM, que não prevêm o reconhecimento dos efeitos inflacionários a partir de 1º de janeiro de 1996. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000

(Em Milhares de Reais, Exceto Prejuízo por Ação)

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de Energia	-	-	1.279.203	730.375
Suprimento de Energia	-	-	34.473	20.203
Outras Receitas	-	-	11.733	9.565
	-	-	1.325.409	760.143
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Obrigações do Consumidor	-	-	(10.590)	(7.397)
Impostos e Contribuições sobre a Receita	-	-	(243.202)	(164.345)
	-	-	(253.792)	(171.742)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	-	-	(52.687)	(61.335)
Material	-	-	(5.691)	(5.695)

DRAFT II PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ Nº 02.429.144/0001-93

Principais Práticas Contábeis

a) Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários – Incluem as aplicações financeiras que estão registradas ao custo, acrescido de rendimentos proporcionais auferidos até a data dos balanços;

b) Consumidores, Concessionários e Permissivos – Inclui o fornecimento e o suprimento de equipamentos de energia elétrica a consumidores finais e outras concessionárias bem como as receitas decorrentes de energia elétrica consumida mas ainda não faturada aos mesmos, contabilizados em consonância com o regime de competência e conforme determinado por informações disponibilizadas pelo MAE.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – Está constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber de consumidores, com base em análise dos créditos considerados de difícil recebimento e da experiência das Sociedades relativamente a seus consumidores, incluindo débitos de poderes públicos e parcelamentos de débitos.

d) Armazenado – Os materiais em armazenado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados à construção, classificados no imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição.

e) Investimentos – As participações em controladas (diretas e indiretas) são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; as demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de provisões para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

f) Imobilizado e Bens de Renda – Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a taxas variáveis de 2% a 20%, de acordo com a natureza do bem, que são determinadas pela Resolução da ANEEL nº 044/99.

Em função do disposto na Instrução Geral nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários relacionados aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento até 31 de dezembro de 2000, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

g) Diferido – Os saldos relacionados a ágios (deságios) pagos (auferidos) na aquisição de controladas e decorrentes da incorporação de empresas controladas são amortizados com base no método linear, pelo prazo de 10 anos, de acordo com as disposições da Instrução 247/96 da CVM, uma vez que estão relacionados à rentabilidade futura dos investimentos adquiridos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 12, as controladas CPFL e RGE optaram pelo diferimento da variação cambial incorrida durante o ano de 2001, que será amortizada de maneira linear a partir do exercício de 2001, pelo prazo de quatro anos ou em função do vencimento dos passivos que deram origem à variação cambial, o que ocorrer primeiro.

h) Atualizações de Direitos e Obrigações – Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação, ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data dos balanços.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social – Calculados conforme alíquotas vigentes à data dos balanços. Conforme disposições da Deliberação CVM nº 273/98, as controladas CPFL e RGE registraram em suas demonstrações contábeis os efeitos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais, base negativa da Contribuição Social e diferenças intertemporárias.

j) Estimativas – A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira requer que a Administração da Sociedade e suas controladas se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas das Sociedades, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA, provisão para créditos de liquidação duvidosa, créditos fiscais diferidos, provisão para contingências e planos de aposentadoria e pensão.

k) Planos de Aposentadoria e Pensão – Em atendimento às determinações da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a CPFL, CPFL Geração, CPFL Piratininga e RGE (sociedades que mantêm planos suplementares de aposentadoria a seus empregados) optaram por reconhecer a parcela de obrigações atuariais excedentes aos ativos dos planos, em 5 anos a partir de janeiro de 2002.

l) Prejuízo por Ação – Determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação à data do balanço.

m) Demonstrações Contábeis Consolidadas
As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2001 e 2000 abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL e CPFL Geração, consolidadas proporcionalmente à participação detida pela Sociedade nessas investidas.

Participações Diretas sobre o Capital

Coligadas e Controladas

Participações Indiretas sobre o Capital

RGE
CPFL Piratininga
SEMESA
CERAN
Nova I

(1) A participação é ajustada quando há ações em tesouraria. Adicionalmente, os seguintes procedimentos de consolidação foram adotados:

– Eliminação das participações no Patrimônio Líquido das controladas;

– Eliminação do resultado de Equivalência Patrimonial;

– Eliminação dos saldos de Ativos e Passivos entre as empresas consolidadas;

– Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações entre as Empresas;

– A participação dos acionistas não controladores está destacada no balanço patrimonial e na demonstração de resultados proporcionalmente à participação destes em cada controlada. As práticas contábeis adotadas pelas coligadas e controladas são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade.

4 – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA
Como o propósito de se adequar à reforma do setor elétrico brasileiro e conforme estabelecido nos contratos de concessão entre as empresas subsidiárias e agência reguladora ANEEL, a Sociedade deu continuidade ao seu processo de reorganização societária realizando as operações conforme segue:

(a) A VBC vendeu para CPFL a participação representativa de 40,927% do capital social da RGE. Esta operação foi aprovada pela ANEEL através da Resolução nº 213 de 13 de junho de 2001. O valor da operação foi de R\$ 844.887.

(b) Com o objetivo de propiciar individualmente aos controladores da Bandeirante (ENERPAULO – Energia Paulista Ltda. ("ENERPAULO") e Draft II Participações S.A. ("Draft II") empresa controlada da CPFL), maior agilidade e eficiência para enfrentar os novos desafios impostos pelo mercado livre de energia, em 1º de outubro de 2001, foi aprovada sua cisão parcial com versão do patrimônio cindido à CPFL Piratininga.

Após a efetivação da cisão da Bandeirante, seus controladores permutaram a totalidade de suas ações, com o objetivo de a Draft II participar apenas do capital social da CPFL Piratininga e a ENERPAULO do capital social da Bandeirante.

Os acionistas não controladores das ações da CPFL Piratininga em igual proporção às ações possuídas na data da cisão parcial da Bandeirante, de modo a manter inalteradas suas respectivas participações no patrimônio total. Para fins de cisão foi utilizado como base o balanço patrimonial da Bandeirante levantado em 30 de setembro de 2001. A participação atual da CPFL através da controlada Draft II, no capital social da CPFL Piratininga é de 96,48%.

(c) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2001, foi aprovada a proposta de compra pela CPFL Geração de participação no capital social da SEMESA, detida por VBC, correspondente a 99,9% do capital social daquela empresa. O ágio decorrente da aquisição de participação da SEMESA está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura deste investimento e será amortizado no prazo máximo de 10 anos.

(d) Em 07 de novembro de 2001, foi transferido para CPFL Geração, o controle acionário da Nova I, originalmente pertencente à CPFL pelo seu valor patrimonial contábil, para viabilizar futuros projetos de participações e parcerias da CPFL Geração em novos investimentos. Essa empresa não manteve atividades operacionais durante o exercício de 2001.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIVOS
Os saldos consolidados de contas a receber de consumidores, concessionários e permissivos em 31 de dezembro de 2001 e 2000 são como segue:

6 – CONTROLADAS

Recomposição Tarifária Extraordinária
Conforme descrito na Nota 2, o saldo de recomposição tarifária extraordinária refere-se às perdas resultantes do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. No consolidado o valor total a recuperar através dos aumentos tarifários extraordinários autorizados pelo Poder Concedente (ANEEL), é estimado em R\$ 149.311, dos quais R\$ 94.807 deverão ser realizados em prazo superior a 12 meses, conforme estimativas da Sociedade e de suas controladas, portanto, foram registrados na conta "Consumidores, Concessionários e Permissivos", no ativo Realizável a Longo Prazo.

7 – DEVEDORES DIVERSOS

8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
No consolidado, os saldos no ativo circulante e no realizável a longo prazo, são representados, por debêntures de 9ª emissão da VBC Energia S.A., transferidas para a controladora VBC Participações S.A. e subscritas pela Draft II Participações S.A., (controlada integral da CPFL). Em 31 de dezembro de 2001 a rubrica registra o saldo de R\$ 24.737 (R\$ 30.394 em 31 de dezembro de 2000). Seu resgate se dá em 9 (nove) parcelas semestrais, tendo ocorrido o primeiro em setembro de 1999. Sua atualização está atrelada à cesta de moedas do BNDES, com juros fixos de 5% a.a. e taxa variável com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, que em 2001 foi em torno de 15,46% a.a. (5,26% a.a. para 2000).

Em 31 de dezembro de 2000, o saldo incluía também o montante de R\$ 148.463 de debêntures conversíveis em ações da Votorantim – Finanças S.A.

DRAFT II Participações S/A**9 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSAVEIS**

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
Tributos Compensáveis	11.130	6.661	24.266	10.702
Créditos de CSSL e IR	-	-	14.553	10.567
Total	11.130	6.661	38.819	21.269

Os tributos compensáveis compõem-se principalmente por imposto de renda retido na fonte sobre aparações financeiras e sobre juros sobre capital recebidos de controladas, sendo que os créditos tributários apurados até 31 de dezembro de 2000 estão atualizados monetariamente pela "Taxa SELIC".

A rubrica "Créditos de CSSL e IR a Compensar" representa principalmente recolhimentos a maior efetuados pela CPFL, originários da decisão favorável da Receita Federal em 1998 quanto à dedutibilidade do contrato de saldamento do déficit previdenciário junto à Fundação CESP.

10 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado			
	Curto Prazo	Longo Prazo		
2001	2000	2001	2000	
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	18.770	-	54.677	-
Outras	7.430	19.440	2.264	7.410
Total	26.200	19.440	56.941	7.410

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" – CVA
A Medida Provisória nº 2227, de 4 de setembro de 2001, em conjunto com as Portarias Interministeriais nº 296, de 25 de outubro de 2001 e nº 25, de 24 de janeiro de 2002, e Resolução nº 90 de 18 de fevereiro de 2002 da ANEEL, criaram mecanismo de compensação das variações ocorridas nos itens não gerenciáveis pelas empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica que determinam o reajuste anual das suas tarifas, a saber:

I – tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
II – tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
III – quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC;

IV – tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
V – compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos;
VI – energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;

VII – Quota de Reserva Global de Reversão – RGR;
VIII – Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica – TFSEE; e
IX – encargos de conexão.

Dessa forma, os custos pagos a maior ou a menor dos itens acima listados, apurados para o período de 26 de outubro a 31 de dezembro de 2001 e contabilizados no curto prazo, comparativamente ao último reajuste anual de tarifas, serão computados no cálculo do reajuste tarifário do exercício subsequente. A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001 e Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, permitiram que o cálculo da CVA retroagisse a janeiro de 2001; entretanto, os efeitos apurados entre 1º de janeiro de 2001 e 25 de outubro de 2001, contabilizados no realizável ou no passivo a longo prazo, serão compensados mediante extensão do prazo de vigência das requêtes tarifárias extraordinárias aprovadas para fins de compensação das perdas decorrentes do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, conforme descrito na Nota 2, após a conclusão da recuperação dessas perdas. Os valores incluídos na Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" serão reajustados com base na variação da taxa SELIC.

11 – CRÉDITOS FISCAIS

	2001	2000
Crédito de Imposto de Renda sobre:		
Prejuízos Fiscais	8.233	10.568
Diferenças Intertemporárias	8.941	7.172
Crédito de Contribuição Social sobre:		
Base Negativa	2.365	3.332
Diferenças Intertemporárias	2.467	1.901
Total	22.006	22.973

Em atendimento à Deliberação CVM nº 273/98 as controladas CPFL e RGE reconheceram créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indutíveis. As controladas estimam realizar os principais créditos em até 5 anos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros. Essas estimativas são periodicamente revistas de modo que eventuais alterações sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

12 – INVESTIMENTOS

12.1 – Bens de Renda
No consolidado, por determinação da ANEEL, os bens do ativo imobilizado relacionados ao empreendimento na UHE de Serra da Mesa, por estarem arrendados à Fias, são apresentados nesta rubrica, para efeito de aplicação do plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica. A composição dos referidos bens, é como segue:

	Consolidado	
	2001	2000
Custo de Aquisição	255	255
Depreciação Acumulada	(479)	5.895
Saldo Líquido	2.732.929.656	2.732.929.656
Edificações, Obras Cíveis e Beneficentárias	31.583	(2.524)
Máquinas e Equipamentos	18.414	(1.970)
Veículos	1	(3)
Outros	1	2
Total	56.632	(4.976)

12.2 – Participações Societárias Permanentes
Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, a Sociedade detém participações societárias permanentes nas seguintes controladas:

Controladas	2001	2000
Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL	848.501	892.948
CPFL Geração de Energia S.A.	44.903	24.605
Total	893.404	917.553

As principais informações sobre as participações societárias permanentes são como segue:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	2001		2000	
	CPFL	CPFL Geração	CPFL	CPFL Geração
Quantidade de Ações				
Ações Ordinárias	12.814.692.661	45.410.729.892	12.887.642.948	12.887.642.950
Ações Preferenciais	24.511.914.583	88.396.977.248	24.584.771.560	24.584.771.560
Total de Ações	37.326.607.244	133.807.707.140	37.472.414.508	37.472.414.510
Ações em Tesouraria	2.190.527.340	-	145.807.264	-
Em Poder da Investidora				
Ações Ordinárias	2.741.331.296	2.741.331.297	2.732.929.656	2.732.929.656
Ações Preferenciais	5.041.353.634	5.368.907.881	5.095.760.105	5.095.760.105
Total de Ações	7.782.684.930	8.110.239.178	7.828.689.761	7.828.689.761
Part. no Capital %				
- Votante	21,3921%	6,0367%	21,5058%	21,2058%
- Total	20,8502%	6,0610%	20,8920%	20,8920%
- Ajustada (1)	22,1500%	-	20,9730%	-
Na Investida				
Capital Social Integralizado	3.214.417	667.801	3.214.417	119.653
Resgate de Ações Preferenciais	194.982	-	-	-
Dividendos	169.535	22.723	242.929	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	46.837	-
Resultado do Exercício	8.883	97.656	84.775	(1.880)
Patrimônio Líquido (2)	3.830.703	740.853	4.257.608	117.773
Na Investidora				
Investimentos	848.501	44.903	892.948	24.605
Res. de Part. Societárias	1.968	5.919	17.780	(933)

12.3 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.4 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.5 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.6 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.7 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.8 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.9 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.10 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

12.11 – DEVEDORES DIVERSOS

	2001		2000	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CPFL	1.870	10.268	-	-
CPFL Geração	1.341	4.960	-	-
Total	3.211	15.228	-	-

DRAFT II PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ Nº 02.429.144/0001-93

(7) O empréstimo junto à Fundação ELETROCEEE refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela RGE, em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Está sujeito à atualização pela variação do INPC/ITR e juros de 9% ao ano. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia.

(8) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram contraídos, em sua totalidade em dólares norte-americanos, cuja variação em 2001 foi de 18,67% (9,30% em 2000). No consolidado os empréstimos de longo prazo em moeda estrangeira com instituições financeiras são como segue:

Instituição Financeira	Vencimento	Amortização	Consolidado		2001	2000
			Garantias	Taxa de Juros		
1) Banco do Brasil S.A.:						
Debt Conversion	18 anos	17 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	4.480	14.631
New Money	15 anos	17 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 7/8% a.a.	1.048	3.405
FLIRB	15 anos	13 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	+ 13/16% a.a.	1.063	2.995
C-Bond	20 anos	21 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	8% a.a.	5.730	16.136
Discount Bond	30 anos	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	5.196	12.615
PAR-Bond	30 anos	única ao final de 30 anos	Depósito em garantia e Receitas	6% a.a.	6.420	18.079
El Bond – Bônus de Juros	12 anos	19 parcelas semestrais	Vinculação de Receitas	Libor 6 meses + 13/16% a.a.	1.938	6.945
2) Banco BBA Creditanstalt S.A.	4 anos	8 parcelas semestrais	Notas Promissórias	Libor 6 meses + 5,75% a.a.	1.325	2.116
3) Floating Rate Notes	5 anos	24 parcelas	Notas Promissórias	Libor 6 meses + 2,95% a.a.	154.191	-
4) BankBoston	5 anos	12 parcelas trimestrais	Cartas de Fiança	Libor + 2,25% a.a.	78.123	-
Total					259.514	76.922

A operação "Floating Rate Notes" refere-se à captação de recursos no mercado externo, no montante de US\$ 300 milhões, realizada no segundo trimestre de 2001 pela controladora CPFL, para fins de aquisição do controle acionário da RGE, contratada junto a um consórcio de bancos, liderado pelo BankBoston. Esse empréstimo tem prazo de vencimento final de 05 anos e carência de 20 meses para início do pagamento do principal, sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de dezembro de 2001. Através do mecanismo de "swap", toda a dívida em dólar foi convertida para custo local, correspondente a 93,65% e 94,75% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), respectivamente, para as parcelas de US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões. Como garantia foram dadas notas promissórias e cartas de fiança. O empréstimo junto ao Bank Boston refere-se a captação de recursos realizada em maio de 2000 pela controladora Sul Geradora Participações S.A. (controlada integral da RGE), através de operação de trade finance, tendo como garantia da operação o aval da RGE e cartas de fiança. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005. O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, têm seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2003	95.406
2004	111.972
2005	87.488
2006	80.008
2007	111.705
Total	486.579

No consolidado os empréstimos em moeda nacional estão sujeitos a encargos e taxas variáveis de 3,34% a 17,28% ao ano, o que resulta numa taxa média ponderada de 13,62% ao ano. Sua composição por tipo de indexador é como segue:

Indexador	Oscilação %		Composição da Dívida em %	
	2001	2000	2001	2000
IGP-DI	11,80	10,31	11,15	50,94
IGP-M	10,37	9,95	16,32	3,97
UMBM	15,46	5,26	20,17	28,78
URTJLP	3,34	4,56	12,20	6,97
CDI	17,28	-	18,50	-
OUTROS	-	-	21,66	9,34
Total			100,00	100,00

18 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2001 e 2000, no consolidado os saldos das provisões se constituem como segue:

	Consolidado					
	2001		2000		2000	
	Provisão no Exercício	Saldo Acumulado	Provisão no Exercício	Saldo Acumulado	Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Diversos	1.569	4.748	862	237	3.179	420
Cíveis						
Danos Pessoais	153	2.180	-	177	2.027	133
Majoração Tarifária	1.794	9.012	431	(178)	7.218	406
Passivo Ambiental	-	-	-	(35)	-	-
Faturas de Energia – Glosa	-	-	-	(4.341)	-	-
Outras	266	266	59	-	-	-
Fiscais						
FINSOCIAL – Litígio	313	4.288	11.131	87	3.975	10.319
PIS/PASEP	547	973	-	254	426	-
COFINS – liminar	2.522	4.489	-	1.163	1.967	-
- Consig. Pagto.	-	-	513	(11.777)	-	466
- Major. Aliquota	(2.452)	-	-	225	2.452	-
FNDC	-	-	269	-	-	-
Outros	1.236	2.697	932	9	1.461	29
Total	2.166	12.447	12.845	(10.039)	10.281	10.814
	5.948	28.653	14.197	(14.179)	22.705	11.773

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos iminentes de perdas, na opinião dos assessores legais das controladas estando atualizadas para a data base de 31 de dezembro de 2001. A natureza e os riscos relacionados a contingências são sumarariamente como segue:

Trabalhistas – Referem-se a ações ajuizadas. Nos termos do protocolo de cisão da Bandeirante, a CPFL Piratininga é responsável pelas obrigações correspondentes aos riscos contingentes dos empregados locados nas respectivas regiões por ela assumidas, enquanto que as ações corporativas, anteriores à data da efetivação da cisão, 1º de outubro de 2001, são assumidas na proporção percentual dos controladores antes da referida cisão (56% para a Bandeirante e 44% para a CPFL Piratininga).

Danos Pessoais – Referem-se a pleitos de indenizações não cobertas por apólices de seguros na controladora CPFL, com perdas consideradas possíveis. **Majoração tarifária** – Nas controladas CPFL e CPFL Piratininga, correspondem a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAAE nºs. 38 e 45/1985, quando estava em vigor o congelamento de preços do "Plano Cruzado".

FINSOCIAL – Litígio – Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração tarifária e cobrança do Finsocial do período de junho de 1989 a outubro de 1991. A controladora CPFL, obteve liminares que garantiram o não recolhimento mediante depósito judicial, sendo este depósito registrado na rubrica "Depósitos Vinculados a Litígios", no ativo realizável a longo prazo, sendo atualizado pela variação da Taxa Referencial Diária (TRD).

COFINS – PIS/PASEP – Refere-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas financeiras e não operacionais na base de cálculo do PIS e COFINS, com obtenção de liminar para efetuar o pagamento destas contribuições na forma da legislação anterior. Enquanto não se obtém decisão final sobre esta matéria a Controladora e Controladas vem constituindo provisão para os valores em discussão.

COFINS – Consignação em Pagamento – O saldo, no consolidado, refere-se a parcelas vertidas à CPFL Piratininga correspondentes a depósitos efetuados pela Bandeirante, amparado em mandado de segurança, discutido solidariamente com a Eletropaulo. **Eletropaulo** – Litígio – Refere-se a questionamento judicial quanto à inclusão das receitas da Companhia que foi posteriormente vertido para a CPFL Piratininga. A obrigação tributária foi quitada parcialmente pela Bandeirante e Eletropaulo, no contexto da Lei nº 9.779 de 19 de janeiro de 1999 e Medida Provisória nº 1.858-6 de 29 de junho de 1999, com dispensa de pagamento de multa e juros e através de ação de consignação em pagamento com depósito para assegurar o pleno direito ao gozo dos benefícios da referida legislação em virtude de questionamento contrário da Procuradoria da Fazenda Nacional. Convertido em renda o depósito em consignação e embasado em parecer de consultor jurídico foi revertida a provisão passiva integralmente, restando o valor depositado.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDC – refere-se a valores vertidos à controladora CPFL Piratininga relativos a depósitos em consignação efetuados pela Bandeirante até a data da cisão e posteriormente pela CPFL Piratininga, correspondentes ao programa de pesquisa e desenvolvimento instituído pela Resolução nº 185 de 21 de maio de 2001 da ANEEL, que determinou o recolhimento com efeitos retroativos a abril de 2001, em 12 parcelas. **Outros** – Contra a controladora CPFL foram iniciadas ações, onde se questiona a classificação de determinados consumidores para efeito de tarifação. Não existem julgamentos quanto ao mérito do assunto, não sendo possível, no momento, determinar o desfecho final dessas ações e o efeito em suas demonstrações contábeis, se houver.

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Maia de Azevedo Corrêa
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

José Said de Brito
Diretor Financeiro

Gilberto Audelino Correa
Diretor Comercial

DRAFT II Participações S/A

19 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Estas obrigações são representadas principalmente por contribuições e doações recebidas de consumidores de energia elétrica para financiamento de obras e sua conexão à rede. Para efeito de índices econômico-financeiros, não devem ser considerados os valores destas obrigações, em função de não representarem obrigações financeiras. As obrigações especiais estão diretamente vinculadas à concessão do serviço e a sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinação da ANEEL.

20 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
Todas as ações da Sociedade são de espécie ordinária, sem valor nominal, assim distribuídas em 31 de dezembro de 2001:

Acionistas	Composição Acionária	
	Ações	Part. %
VBC Participações S.A.	24.458	45,31%
521 Participações S.A.	20.508	37,99%
Bonaire Participações S.A.	9.002	16,68%
Outros	12	0,02%
Total	53.980	100,00%

Os estatutos da Sociedade preveem pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76.

b) Conciliação do Resultado do Exercício (Controladora/Consolidado).

	2001	2000
Resultado do Exercício da Controladora	(211.580)	(211.580)
Ajuste de Exercícios Anteriores em Controladas	(4.651)	(4.651)
Resultado do Exercício Consolidado	(216.231)	(216.231)

O ajuste de exercícios anteriores em controladas refere-se a mudança de prática contábil, relacionada ao reconhecimento de encargos regulatórios (Conta de Consumo de Combustíveis).

c) Capitalização
Considerando-se que a Sociedade apresenta passivos em excesso aos ativos no valor de R\$ 550.102 em 31 de dezembro de 2001, os acionistas estão comprometidos em proporcionar as condições necessárias para que todos os compromissos financeiros da Sociedade sejam honrados por ela própria.

Os acionistas analisam atualmente a possibilidade de implementação de operações visando a reconexão do Patrimônio Líquido da Draft II, operações estas que poderão contemplar o aporte de recursos, aporte de ativos ou reestruturações societárias que se façam viáveis durante o exercício de 2002.

21 – FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

Classe de Consumidores	Nº de Consumidores (Não Auditado)		GWh (Mil)		Milhares de Reais	
	2001	2000	2001	2000	2001	2000
Residencial	5.797.260	3.198.766	8.116	6.541	387.933	300.320
Industrial	103.854	58.125	15.719	10.361	384.398	227.932
Comércio e Serviços	570.094	286.249	4.532	3.399	179.692	121.308
Ruís	361.199	85.336	1.679	916	31.148	19.918
Poderes Públicos	46.118	22.096	682	582	24.364	18.714
Iluminação Pública	2.464	1.460	1.056	797	26.127	18.332
Serviço Público	6.855	3.460	1.335	1.017	33.961	22.869
Consumo Próprio	176	521	2	39	-	60
Subtotal – Fornecimento	6.888.200	3.656.984	33.121	23.652	1.067.083	729.453

Recomposição Tarifária e Enelec Livre (Nota 2)

Não Faturado (Líquido)

Fornecimento

Suprimento

Outras Receitas

RECEITA OPERACIONAL

22 – DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	2001	2000
RGR	10.590	7.397
ICMS	194.738	136.991
PIS/COFINS	48.418	27.335
ISS	46	19
Total	253.792	171.742

23 – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2001	2000	2001	2000
RECEITA FINANCEIRA	20.730	16.428	20.730	31.264
Rendas de Aplicações Financeiras	11.086	-	29.789	-
Swap – Floating Rates Notes	-	-	7.603	4.498
Acrescimos Moratórios	-	-	1.788	1.484
Encargos CRC Repassados à CESP	-	-	-	-
Juros sobre Antecipação de IRPJ e CSSL	-	-	1.439	1.710
Renda de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	90	5.484
Atualizações Monetárias	971	511	37.545	5.990
Remuneração CVA	-	-	5.014	-
Amortização de Deságio	524	-	524	-
Outras	182	-	9.244	3.468
Total	12.763	16.939	113.766	53.898

DESPESA FINANCEIRA

Encargos de Dívidas (255.414) (119.848) (312.927) (148.644)

Despesas Bancárias (1.449) - (7.557) (3.288)

Atualizações Monetárias (960) (119.227) (62.567) (140.027)

Amortização de Agio (22) - (17.795) (7.022)

Swap – Floating Rates Notes - (7) (44.316) (2.827)

Outras (257.845) (239.082) (459.457) (301.808)

Total (257.845) (239.082) (459.457) (301.808)

Juros sobre Capital Próprio - 9.801 (22)

RESULTADO FINANCEIRO (245.082) (212.342) (345.691) (247.932)

24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, a Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

24.1 – Considerações sobre Riscos

O negócio da Sociedade e suas controladas compreende principalmente a geração de energia elétrica a distribuidoras e o fornecimento de energia a consumidores finais, sendo concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e as despesas financeiras. A Sociedade e suas controladas se protegem parcialmente deste risco mediante contratação de operações de "swap".

Em Dezembro/2001, a controladora CPFL efetuou a cobertura das suas exposições para o ano de 2002 frente a moeda norte americana, utilizando-se de mecanismo financeiro que possibilita a cobertura de suas dívidas em dólares em termos de seus ativos.

As tarifas estipuladas e autorizadas pelo Poder Concedente não contemplam qualquer proteção para referidos riscos, exceto no que se refere à energia adquirida de Itaipu, cujas tarifas são denominadas em dólares e cujas variações passarão a ser computadas para mais ou para menos, a partir de 2002, quando dos reajustes tarifários anuais a serem fixados para os seus empresas.

No consolidado em 31 de dezembro de 2001, parte da dívida financeira estava atrelada ao dólar norte-americano, no valor total de R\$ 398.753 (R\$ 98.994 em 2000), conforme descrito na Nota 18.

b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas as emissões de debêntures e a empréstimos e financiamentos captados no exterior. A Sociedade não tem efetuado qualquer operação com vistas a proteção das debêntures atualizadas pela TJLP, por entender o mesmo ser de baixo risco.

Para os empréstimos em moeda estrangeira as controladas têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco.

Na controladora CPFL, a exposição relativa a emissão de Floating Rate Notes no montante de US\$ 300 milhões, foi coberta através de duas operações financeiras de swap: (a) swap externo e (b) swap interno, o que lhe permitiu substituir os riscos originados da operação (variação cambial + Libor + 2,95% a.a.) para custo local, ou seja 94,38% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

c. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

d. Risco quanto à Escassez de Energia

O risco surge da possibilidade da sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes de dificuldades de geração de energia decorrentes de escassez de água.

Segundo a avaliação do Operador Nacional do Sistema – ONS, não há riscos de escassez de energia elétrica para o próximo biênio.

24.2 – Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2001 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Disponibilidades – Compreendem a caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial.

b. Valores a receber e a pagar de energia – Estes créditos e débitos decorrem basicamente de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – ("MAE") e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes de 2001, já considerados os efeitos fiscais decorrentes. (4) Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, exceto pelos efeitos do aumento comentado no parágrafo (3), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Draft II Participações S.A. em 31 de dezembro de 2001 e 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos nas respectivas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. (5) Conforme mencionado na Nota 20, a Sociedade apresenta passivos em excesso aos ativos em 31 de dezembro de 2001

c. Empréstimos e Financiamentos – Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos, de acordo com as características definidas na Nota 17.

d. Debêntures – As debêntures lançadas pela Sociedade e suas controladas não são negociadas no mercado. Estão avaliadas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na Nota 16.

25 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	Bradesco	CPFL Geração	Bradesco	Fundação CESP
Ativo Circulante	8	-	4.274	-
Disponibilidades	-	1.870	-	-
Controladas	-	-	-	-
Devedores Diversos	-	-	-	8.